

# Industrialização e emprego formal no Ceará nos anos de 2006 e 2014

*Industrialization and formal employment in Ceará in the years of 2006 and 2014*

**Priscila de Souza Silva\***

UFRN, Brasil

pryscila.souzas@hotmail.com

**João Gomes da Silva\***

UFRN, Brasil

joaoeconomia@ymail.com

**Cícera Viviane Barros\*\***

URCA, Brasil

vivibarro93@hotmail.com

**Silvana Nunes de Queiroz\*\***

URCA, Brasil

silvanaqueirozce@yahoo.com.br

---

**Resumo.** A partir da década de 1980, no Ceará, políticas de atração de investimentos e de incentivos fiscais foram realizadas com o intuito de atrair indústrias e elevar o quadro de trabalhadores. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar as características das indústrias instaladas no estado e traçar o perfil demográfico e socioeconômico dos trabalhadores formais em tal atividade. Ademais, a intenção é verificar se, em anos recentes (2006 e 2014), precisamente antes do primeiro mandato do governo Cid Gomes até o término do seu segundo houve criação de postos de trabalho e melhoras ou não na qualidade das ocupações. Para tanto, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) é a principal fonte de dados. Os principais resultados mostram aumento de vagas criadas no setor industrial, sendo o segundo em termos de ocupação no estado. Quanto ao perfil dos empregados, os dados revelam que, em sua maioria, são do sexo masculino (62,13%), com idade entre 30 a 39 anos e possuem o ensino médio completo até o superior incompleto. Contudo, embora o nível educacional tenha melhorado, o salário permanece baixo (1 a 2 salários mínimos) e com pouco espaço para a mão de obra feminina.

**Abstract.** From the 1980s, in Ceará, policies to attract investment and tax incentives were carried out with the aim of attracting industries and raising the number of workers. In this sense, this study aims to analyze the characteristics of the industries installed in the state and to draw the demographic and socioeconomic profile of the formal workers in such activity. In addition, the intention is to verify that, in recent years (2006 and 2014), precisely before the first term of the Cid Gomes government until the end of his second term, job creation was created and improvements were made in the quality of occupations. To this end, the Annual Report on Social Information (RAIS/MTE) is the main source of data. The main results show an increase in vacancies created in the industrial sector, being the second in terms of occupation in the state. Regarding the profile of the employees, the data show that, for the most part, they are male (62.13%), aged between 30 and 39 years and have completed high school until the incomplete superior. However, although the educational level has improved, wages remain low (1 to 2 minimum wages) and with little room for female labor.

**Palavras-chave:** Ceará, indústria, emprego formal.

**Keywords:** Ceará, industry, formal employment.

---

\* Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Av. Sen. Salgado Filho, 3000, Candelária, 59078 970, Natal, RN, Brasil.

\*\* Universidade Regional do Cariri. Rua Coronel Antônio Luiz, 1161, Pimenta, 63105-010, Crato, CE, Brasil.

---

## Introdução

Uma das mais importantes transformações ocorridas no Ceará foi a intensificação do processo de industrialização a partir da década de 1960, com a transferência de capitais produtivos para o Nordeste, notadamente nos ramos das indústrias têxtil e alimentícia, dado que até então, tal segmento pautava-se em capitais locais (Silva Filho, 2008).

Nesse contexto, desde 1967, políticas econômicas de atração de investimentos vêm sendo implantadas no Ceará, dando-lhes continuidade os governadores posteriores. Ademais, a partir de 1987, todos os planos econômicos estaduais passaram a adotar políticas de incentivos fiscais para a atração de indústrias. Em virtude dessa circunstância, os investimentos industriais cearenses se dão graças à criação do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), que foca não somente na atração de indústrias, mas também na tentativa de descentralizar a atividade econômica da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) (Silva Filho e Queiroz, 2010).

O FDI foi criado para promover o setor industrial, assegurando benefícios fiscais e extrafiscais às indústrias e agroindústrias, incluindo as cooperativas e associações de produtores e seus associados. Também beneficia qualquer pessoa jurídica ou organização associativa, desde que se enquadrem no segmento de indústria e/ou agroindústria (Pontes, Viana e Holanda, 2006).

Merece destaque a relevância do segmento industrial na efetivação do desenvolvimento cearense. Além da produção de bens que irradiam para toda a economia, constitui elemento chave na geração de empregos formais. Portanto, o setor industrial, em especial, a indústria de transformação compõe um dos maiores motores da economia estadual.

Contudo, os estudos sobre o emprego formal no Ceará, em geral, analisam o processo de industrialização e sua trajetória, os impactos econômicos sobre o mercado de trabalho, as políticas de atração de indústria e/ou as características

estritamente econômicas: desemprego, rotatividade da mão de obra e rendimentos. Neste contexto, o presente estudo pretende avançar, ao analisar as características da indústria formal instalada no Ceará e, notadamente, traçar o perfil demográfico e socioeconômico dos empregados formais em tal atividade, nos anos de 2006 e 2014, procurando verificar se houve criação de postos de trabalho e melhoras ou não na qualidade das vagas, antes do primeiro mandato do governo Cid Gomes até o término do seu segundo mandato. Isto porque, dado a capacidade de ampliação e dinamismo do setor industrial, que possui potencial de inovação, ganhos de escala e irradiação na economia de uma região, constituindo-se motor de geração de empregos e renda, torna-se importante o estudo de um dos principais pilares da economia cearense. Para tanto, a principal fonte de dados é a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: além dessa introdução, a segunda seção contextualiza, brevemente, o processo de industrialização cearense. A terceira descreve as políticas de incentivo e o panorama do setor industrial no Ceará. A quarta apresenta os procedimentos metodológicos. A quinta analisa o comportamento do mercado de trabalho e o perfil sociodemográfico e socioeconômico do trabalhador empregado na indústria formal cearense. Por último, apresentam-se as conclusões do estudo.

## Breve contextualização sobre a industrialização no Ceará

Historicamente conhecida como região problema do país, o Nordeste brasileiro foi estigmatizado por sua natureza hostil, gente pobre, fadada à fome, à seca e à miséria. Considerada como terra dos flagelados, durante décadas consiste no cenário para os deserdados emigrantes que fugiam da estiagem em busca de oportunidades de emprego no Sudeste do Brasil (Lima, 1997; Queiroz, 2013).

Somente em 1956 através do Relatório do Grupo de Trabalho para o

Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e com a criação da SUDENE em 1959, o governo começa a estabelecer medidas para desenvolver o Nordeste, que até então era esquecido e martirizado socialmente. Essas estratégias propunham, através de incentivos fiscais, diminuir as disparidades regionais e propiciar o desenvolvimento econômico intrarregional, através da modernização da agricultura e da industrialização (Gonçalves, 2006; Silva Filho *et al.*, 2011a).

Com o fracasso de tais estratégias para o desenvolvimento do Nordeste, uma série de planos foi implantado na tentativa efetiva de consolidar a industrialização cearense. Assim, em 1963, cria-se o Plano de Metas Governamental (PLAMEG), no governo de Virgílio Távora. Segundo Bandeira e Silva Neta (2008, p. 6): “[...] é considerado uma das primeiras experiências de aplicação de um plano governamental em um Estado nordestino, cuja linha de pensamento provém da natureza setorial”.

Dentre os principais objetivos deste Plano de Metas, destaca-se a implementação dos pilares econômicos que sustentariam o tão sonhado desenvolvimento, dentre eles: instalação de energia elétrica, estrutura local, criação de distritos para estabelecimento de indústrias e banco estadual de fomento. Assim, tal plano apontava para os gargalos a serem superados e dotava o Estado de infraestrutura (Bandeira; Silva Neta, 2008; Silva Filho *et al.*, 2011b).

Todavia, o Ceará não se mostrava atrativo e sedutor para as indústrias, devido aos obstáculos deixados pelos coronéis que ainda penalizavam o sertão com miséria e atraso. Sob essa ótica, as pequenas indústrias tradicionais permaneciam relacionadas ao setor primário, geralmente, têxtil ou alimentício, que não geravam capital, empregos e/ou promoviam o desenvolvimento (Rocha, 2002; Silva Filho e Queiroz, 2010).

Tentando romper com o círculo vicioso da pobreza, que penalizava a maioria da população cearense, marginalizada e alheia ao progresso, em 1987, o governo estadual adota uma série de medidas para ajustar as

contas públicas. Dentre elas: o controle dos gastos públicos, através de ampla reforma fiscal, com o intuito de criar postos de trabalho, investir em saúde e educação e em setores da atividade econômica com poder multiplicador (Vasconcelos *et al.*, 1999).

Assim, “em meados da década de 1980, no primeiro mandato do Governador Tasso Jereissati, implanta-se no Ceará um novo modo de conceber e executar políticas econômicas” (Valois e Alves, 2006, p. 1), o Governo das Mudanças ou a Era Tasso, que rompe com os apadrinhamentos políticos, utiliza em ampla escala medidas estratégicas, tais como: “[...] políticas de qualificação de mão-de-obra, de melhorias de infraestrutura, de isenção parcial e/ou total de impostos (subvenção fiscal), de incentivos fiscais e de apoio financeiro [...]” (Feitosa *et al.*, 2009, p. 95), como principal catalisador do processo industrial, qualificando o Estado como agente indutor, que transformou uma economia estagnada de base agrícola em dinâmica, com indústrias e setores de serviços (Rocha, 2002).

Além desses suportes, incentivos e subsídios, outros são oferecidos às empresas que vêm para o Ceará. Em reportagem de uma revista de circulação nacional, o governador Tasso Jereissati revelou: “Eu dou tudo isso e ainda mando um ramo de flores para o empresário que vier para cá”, num impulso do desejo de ver realizar-se seu maior projeto, a industrialização do Estado (Lima, 1997, p. 6).

Garantiu-se um clima excepcionalmente favorável para a reprodução capitalista, basicamente através de aportes de financiamento estatal e recursos de créditos captados em agências multilaterais que propiciaram a construção de infraestrutura de grande porte (Almeida, 2012). Assim, êxitos parciais foram obtidos com o “fortalecimento dos setores têxtil e calçadista, tanto na RMF como em certas regiões interioranas [...]” (Bandeira e Silva Neta, 2008, p. 8).

Todavia, conforme Morais (2012), o centro hegemônico da RMF polarizava infraestrutura, mão de obra abundante, capital, serviços, proximidade com o mercado estrangeiro e fraco poder sindical. O processo de industrialização do Ceará se

cristalizou em áreas inicialmente mais “ricas” e propícias a expansão do capital, e continua caracterizado pela distribuição geográfica desigual.

A metrópole de Fortaleza (capital do estado) concentra 60,74% de toda atividade industrial do estado; Sobral aglutina 9,52%, seguida pela Região Metropolitana do Cariri (RMC) com 6,97%, e outras três microrregiões (Pacajus, Baixo Jaguaribe e Cascavel, respectivamente) que, juntas, representam 11,81%. Merece destaque que nestas regiões o polo industrial centra-se em poucos municípios, notadamente naqueles mais desenvolvidos em termos puramente econômicos, a saber: Fortaleza, Sobral, Juazeiro do Norte, Horizonte, Russas e Cascavel (Paiva *et al.*, 2009).

Nesse sentido, a estrutura atual da indústria cearense ainda é pautada em setores tradicionais (têxtil, confecções, calçados, alimentos e bebidas), na produção de bens não duráveis e com pouca densidade tecnológica. E embora o esforço empreendido pelo Estado nas diversas gestões tenha sido em prol da consolidação do parque industrial em todo o Ceará, a atração é desigual e orientada na oferta de concessão fiscal e financeira, mão de obra barata, premissa básica do sistema capitalista de produção (Ipece, 2014a).

Posto isso, a seção seguinte descreve as políticas de incentivo empregadas para a consolidação da indústria cearense, e a peculiar tentativa de desconcentração da atividade industrial da RMF, como forma de equalizar as oportunidades de trabalho em todo o estado e consequentemente reduzir as disparidades entre os residentes nos municípios do interior vis-à-vis a RMF. Além disso, contextualiza-se, brevemente, o panorama atual das indústrias cearenses.

## **Políticas de incentivo e panorama do setor industrial no Ceará**

Desde a década de 1960 políticas de desenvolvimento econômico vêm sendo criadas no Ceará, com destaque para a de industrialização, que possui incentivos através do FDI, criado a partir de 1979 (Pontes *et al.*, 2006).

O FDI objetivava promover a industrialização através de incentivos à atração industrial, funcionamento, localização, ampliação, modernização ou recuperação de empresas e de cooperativas industriais. Além disso, existia também o Programa de Incentivo ao Financiamento de Empresas (PROVIN) – destaque do FDI – que possibilitava ao investidor financiar (mesmo que parcialmente) o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O PROVIN também incentiva a instalação de empresas no interior do estado, pois indústria no Ceará, como mencionada, concentra na capital e na RMF (Gonçalves, 2006). Nesse sentido, o FDI passou por algumas alterações em 1999 (FDI I), em 2002 (FDI II) e em 2003 (FDI III) (Silva Filho e Queiroz, 2010).

O FDI I pautava-se na redução tributária, atribuindo maior valor para as empresas que se encontravam fora da RMF. Já no FDI II seriam beneficiados com incentivos à produção, os municípios cuja identificação era dada pela quantidade de polos formados por cadeias produtivas. Por sua vez, o FDI III instalou a criação de um sistema de pontos, cujo valor se modificava entre as variáveis de critério, tais como volume de investimentos (13 pontos); geração de empregos (12 pontos); setores e cadeias produtivas (8 pontos); aquisição de matérias-primas e insumos no Ceará (7 pontos); localização geográfica (6 pontos); e por fim, responsabilidade social (4 pontos). Também foi dado um incentivo mínimo de 25% para zero ponto e o máximo de 75% para 50 pontos. Cada ponto obtido pela empresa representaria (equivaleria) 1% em termos de redução tributária (Pontes *et al.*, 2006; Silva Filho e Queiroz, 2010).

Com o FDI o investimento na RMF foi de R\$ 2.872.539.517,40, com atração de 153 empresas e 27.895 empregos diretos. Para o interior o investimento foi de R\$ 1.165.648.245,60 com atração de 117 empresas e 29.462 empregos diretos. Com o FDI II, a RMF, ficou com R\$ 270.610.750,86 em investimentos, 25 empresas e criou 5.678 empregos. Para o interior foi de R\$ 103.252.236,45 em investimentos, 15 empresas e 2.357 empregos. No FDI III a RMF concentrou R\$ 601.599.586,81 em investimentos, atraiu 64 empresas e gerou 14.237 empregos contra R\$ 184.127.271,75 em investimentos, 58 empresas e

8.274 empregos diretos para o interior do Ceará (Silva Filho e Queiroz, 2010, p. 57-58).

Embora os FDI's tenham sido eficientes na atração de indústrias para o Ceará (passou de 4.743 estabelecimentos em 1996 para 7.955 unidades produtivas em 2006), foi a "guerra fiscal" e, principalmente, o "custo chinês" da mão de obra que impulsionou a migração de indústrias para o Ceará (Silva Filho e Queiroz, 2010).

Outrossim, a interiorização da indústria foi seletiva em termos geográficos, as áreas selecionadas foram aquelas com maior aporte econômico e maior possibilidade de superlucro. Além disso, os ramos de atividade que se dispersaram da RMF apresentam regime de trabalho intensivo, baixa composição orgânica de capital e caráter volátil, sem vínculo com a economia local, migram quando os incentivos se esgotam e/ou outro lugar oferece melhores benesses. Ademais, o processo de dispersão da indústria para alguns municípios de médio porte do interior do estado, evitou a pressão salarial na RMF e ampliou a mais-valia do exército de reserva residente no interior (Morais, 2012).

Outro ponto que deve ser ressaltado é que o desenvolvimento das atividades tradicionais (têxtil, calçados, alimentos e bebidas), principalmente, no interior do estado é apoiado em vantagens comparativas e competitivas frágeis e limitantes quanto à inserção no mercado, sobretudo, internacional. O maior desafio no desenvolvimento da indústria no Ceará "[...] não só no que se refere às máquinas e processos de produção, como também em termos de produto, matérias-primas, qualificação profissional e sistemas da gestão" (Lezeck, 2007, p. 83-84). Merece destaque a dinâmica que ainda constitui o panorama atual da indústria cearense: intensiva em mão de obra, pouca qualificada, com baixos salários e elevada rotatividade de trabalhadores.

Cabe mencionar que a nova ordem de industrialização tanto no Brasil quanto no Nordeste e Ceará refere-se à terceirização e, conseqüentemente, as premissas de redução de custos operacionais, ampliação da capacidade produtiva, ganhos de competitividade e precarização do trabalho

através da dessindicalização, achatamento salarial e fragmentação da classe trabalhadora estão em curso (Ipece, 2014a; Moraes, 2012). Portanto, analisar a dinâmica do setor industrial e o perfil dos empregados nessa atividade no Ceará, é de suma importância.

## Procedimentos metodológicos

Para o alcance dos objetivos propostos, esta seção apresenta o delineamento da pesquisa, composta pela fonte de dados, recorte temporal e geográfico, conceitos, variáveis, técnicas adotadas para extrair e tabular os dados.

### *Fonte de dados, recorte temporal e geográfico*

A principal fonte de informações desse estudo são os dados da RAIS, do MTE, que serão apresentados através de tabelas, para análises dos respectivos resultados. De acordo com o MTE, a RAIS é uma das principais fontes de informação no tocante ao mercado de trabalho formal brasileiro, que através de um censo anual, visa suprir as necessidades de controle, estatísticas e informações às entidades governamentais da área social. Possui como principais características: abrangência geográfica de todo o território nacional; natureza de levantamento de registro administrativo; periodicidade anual e cobertura de cerca de 97% do mercado formal brasileiro.

Quanto ao recorte temporal do estudo, contempla os anos 2006 e 2014, período que antecede o primeiro mandato do governo Cid Gomes (2006) e o término do seu segundo mandato (2014). Portanto, o recorte geográfico é o Ceará, dado que se pretende ampliar o conhecimento a respeito do processo de industrialização cearense e retratar o perfil recente dos trabalhadores empregados em tal atividade.

O Ceará conta com 184 municípios somando um contingente populacional de 8.452.381 habitantes, em 2010, distribuídos numa extensão territorial de 148.920,538 km<sup>2</sup>, ocupando cerca de 9,5% da área do Nordeste e 1,7% do Brasil. Do total de habitantes residentes no estado (8.452.381),

4.332.293 representa a população de mulheres e 4.120.088 a de homens, conforme o Censo Demográfico de 2010.

No tocante as questões político-administrativas, limita-se com os estados do Piauí (a oeste), Rio Grande do Norte (a leste), Paraíba (a sudeste) e Pernambuco (ao sul), além de ser banhado pelo oceano Atlântico (ao norte). Ademais, possui duas áreas metropolitanas, sendo elas a RMF, integrada por 15 municípios, contando com uma população de 3.615.767, e a RMC, composta por 564.478 habitante, distribuídos em 9 municípios (Ipece, 2010).

### *Conceitos*

Os conceitos adotados no trabalho seguem as definições que constam na documentação da RAIS (2010, p. 32-37).

Trabalhadores formais: qualquer ocupação trabalhista, manual ou intelectual, com benefícios e carteira profissional assinada. Trata-se de trabalho fornecido por uma empresa, com todos os direitos legais garantidos. O papel ocupado ou a função que a pessoa desempenha em alguma atividade econômica lhe confere uma remuneração. No caso dos empregados de uma empresa, por exemplo, essa remuneração pode ser chamada de salário ou de vencimentos, sendo esta muito utilizada como referência aos rendimentos dos que trabalham em órgãos do governo.

Remuneração (ou rendimento): paga ou não, importa a competência mensal, que dá ao empregado o direito de recebê-la, independentemente do momento em que se tenham repassado ao empregado tais valores.

### *Variáveis*

Setor de Atividade: Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária.

Indústria de Transformação: Extrativa Mineral, Prod. Mineral Não Metálico, Indústria Metalúrgica, Indústria Mecânica, Elétrico e Comunicação, Material de Transporte, Madeira e Mobiliário, Papel e

Gráfica, Borracha, Fumo e Couro, Indústria Química, Indústria Têxtil, Indústria Calçadista, Alimentos e Bebidas e Serviço de Utilidade Pública.

Número de empregados por porte da indústria: Micro (1 a 19), Pequena (20 a 99), Média (100 a 499) e Grande (acima de 499).

Sexo: Masculino e Feminino.

Faixa Etária: Até 17 anos, de 18 a 24 anos, de 25 a 29 anos, de 30 a 39 anos, de 40 a 49 anos, de 50 a 64 anos, 65 anos ou mais e ignorado.

Nível de Instrução: Sem Instrução até Fundamental Incompleto, Fundamental Completo até Médio Incompleto, Médio Completo até Superior Incompleto, Superior Completo, Mestrado e Doutorado.

Tempo de Emprego: 1 a menos de 3 anos, 3 a menos de 6 anos, 6 ou mais anos e ignorado.

Rendimento em salário mínimo: Até 1 salário, 1 a 2 Salários mínimos, 2 a 3 salários mínimos, 3 a 5 salários mínimos, 5 a 10 salários mínimos, 10 a 20 salários mínimos, Mais de 20 salários mínimos e ignorado.

### *Técnicas adotadas*

A extração das variáveis acima mencionadas foi realizada através do banco de dados *on-line* da RAIS/MTE, ferramenta que possibilita o acesso às bases de dados estatísticos em forma de tabelas com referências cruzadas (por exemplo: UF Ceará X indústria de transformação X sexo) acerca do mercado de trabalho formal de forma ágil e, principalmente, com qualidade de informação. Após a exportação dos resultados (tabelas cruzadas apenas com valores absolutos) para a planilha de Excel, foram realizados cálculos simples de porcentagem e variação.

Para calcular a porcentagem de uma variável basta dividir o valor desejado (absoluto) pelo total de eventos e multiplicar por 100. No caso da seleção sexo, a fórmula da porcentagem para delimitar o percentual de homens, por exemplo, no número de trabalhadores formais na indústria de transformação cearense é:

$$P(\text{sexo}) = \frac{\text{Número absoluto de homens}}{\text{Total absoluto de ambos os sexos}} * 100$$

Outra técnica adotada foi à variação percentual, utilizada para analisar o aumento e/ou diminuição percentual dos resultados num determinado intervalo de tempo, neste estudo entre 2006 e 2014, da seguinte forma:

$$\Delta(\%) = \frac{\text{Valor 2014} - \text{valor de 2006}}{\text{valor 2006}} * 100$$

Posteriormente os dados tabulados em planilha de Excel foram organizados em tabelas para melhor compreensão dos resultados. As análises dos principais resultados estão expostas na próxima seção.

## **Comportamento do mercado formal de trabalho industrial no Ceará**

A seção que segue versa sobre o comportamento do mercado formal de trabalho industrial cearense, antes do primeiro mandato do governo Cid Gomes até o término do seu segundo mandato<sup>1</sup>, compreendendo os anos de 2006 e 2014. A partir disso é possível averiguar se houve criação de postos de trabalho e melhoras ou não na qualidade das ocupações/vagas.

### *Retrato da indústria cearense*

Considerando as informações da Tabela 1, observa-se elevação na quantidade de empreendimentos instalados no Ceará, entre 2006/2014. Diante disso, constata-se que, em 2006, período que antecede o primeiro governo Cid Gomes (1 de janeiro de 2007), existiam 59.993 mil estabelecimentos no estado. No tocante aos principais segmentos, o comércio se sobressai com participação de 46,4%, seguido pelo setor de serviços (33,8%). A indústria mostrava-se desaquecida, com representatividade de 13,4% dos estabelecimentos. Mas os setores de construção civil e agropecuária tinham

menor representatividade, com 4,8% e 1,5%, respectivamente.

Quando se analisa a quantidade de estabelecimentos em 2014, observa-se variação de 63,9% em relação a 2006, ao passar para 98.357 mil empreendimentos, mostrando crescimento ao longo dos dois mandatos de Cid Gomes e/ou eficiência na atratividade econômica e estímulo ao empresariado local. Por segmento, o comércio continua se destacando, com 45,4% ou 44.685 estabelecimentos. Os serviços seguem em segunda posição, com 34,1% ou 33.489 mil unidades, e a indústria se mantém com baixa participação (12,3% ou 12.064 mil indústrias), se arrefecendo em relação a 2006 (13,4%).

No que concerne às atividades da construção civil, embora represente somente 6,8%, esta apresentou maior aquecimento ou maior variação (132,86%) entre os setores em estudo. Tal resultado decorre de incentivos federais e estaduais, alocados para o melhoramento da mobilidade urbana e infraestrutura, com o programa habitacional 'Minha Casa Minha Vida', obras para a Copa do Mundo, Transposição do Rio São Francisco (Bezerra; Barbosa, 2010), metrô de Fortaleza, construção de hospitais regionais no interior do estado e centros de convenções em Fortaleza e no Cariri.

No caso da agropecuária, também houve declínio em sua participação, contribuindo somente com 1,4% ou 1.401 estabelecimentos em 2014. Dado que o setor agrícola é influenciado por questões climáticas, e a seca é uma questão que ainda assola o Ceará, devido à falta de políticas públicas ou vontade governamental para solucionar essa questão, o setor não cresce, gera poucos postos de trabalho e depende do abastecimento de alguns alimentos de outros estados.

<sup>1</sup> Cid Gomes permaneceu por dois mandatos consecutivos como governador do Ceará, precisamente de 1 de janeiro de 2007 até 15 de janeiro de 2015.

**Tabela 1.** Número de estabelecimentos segundo grande setor de atividade econômica - Ceará - 2006/2014.**Table 1.** Number of establishments according to the major sector of economic activity - Ceará - 2006/2014.

Setor de atividade	2006		2014		Variação (%) 2006/2014
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	
Indústria	8.016	13,36	12.064	12,27	50,50
Construção Civil	2.885	4,81	6.718	6,83	132,86
Comércio	27.860	46,44	44.685	45,43	60,39
Serviços	20.299	33,84	33.489	34,05	64,98
Agropecuária	933	1,56	1.401	1,42	50,16
Total	59.993	100	98.357	100	63,95

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego. Elaborado pelo Observatório das Migrações no Estado no Ceará (CNPq-URCA).

Ademais, tal fato, em parte, está associado aos interesses dos trabalhadores em adquirirem maiores rendimentos e, com isso, migram para atividades mais urbanas como o comércio, serviço ou indústria (Silva Filho *et al.*, 2011a), e também devido ter maiores oportunidades de trabalho nesses setores.

Com relação ao volume de empregados formais, assim como observado no número de estabelecimento, também se evidencia

aumento de trabalhadores de 989.490 para 1.552.447, com variação de 56,8%, entre 2006/2014 (Tabela 2). Esse resultado mostra elevação no estoque de trabalhadores formais no Ceará, entre os 2 mandatos de Cid Gomes, que procurou incentivar a entrada de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e, principalmente, elevou o investimento público, em grandes projetos estruturantes, gerando empregos (Freire Júnior, 2014).

**Tabela 2.** Número de trabalhadores formais segundo grande setor de atividade econômica - Ceará - 2006/2014.**Table 2.** Number of formal workers according to the major sector of economic activity - Ceará - 2006/2014.

Setor de atividade	2006		2014		Variação (%) 2006/2014
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	
Indústria	205.879	20,81	276.950	17,84	34,52
Construção Civil	34.666	3,50	92.801	5,98	167,70
Comércio	141.237	14,27	274.168	17,66	94,12
Serviços	585.333	59,16	881.779	56,80	50,65
Agropecuária	22.375	2,26	26.749	1,72	19,55
Total	989.490	100,00	1.552.447	100,00	56,89

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego. Elaborado pelo Observatório das Migrações no Estado no Ceará (CNPq-URCA).

É importante mencionar que todos os setores apontaram crescimento no número absoluto de empregados, mas somente o comércio e a construção civil apresentaram aumento relativo, enquanto os demais setores perderam espaço. Contudo, o ramo de serviços permanece como o maior empregador do Ceará, em 2006 (59,16%) e em 2014 (56,8%), apesar do ligeiro arrefecimento (2,36 %).

Esses achados ratificam o exposto por Dedecca (1990), no qual as atividades do setor terciário, a partir da década de 1980, em várias partes do mundo e no Brasil,

apresentam participação crescente na geração de empregos, posto antes pertencente a indústria, foco de análise principal desse estudo. É preciso frisar a heterogeneidade e complexidade do setor de serviços, em parte, caracterizado pelo deslocamento de plantas produtivas e mudanças na organização do trabalho, em busca de reduzir o custo de produção ou de mão de obra, através da flexibilização, terceirização ou sub-contratação do trabalho que justificam a sua grande empregabilidade.



Portanto, no Ceará, durante os anos estudados (2006 e 2014), mesmo com arrefecimento de 2,9% na participação de empregados, a indústria é o segundo setor em termo de geração de vagas. Em 2006 tinha 205.879 empregados e em 2014 contava com 276.950 trabalhadores, resultando em uma variação de 34,5%. Silva Filho e Queiroz (2009) enfatizam que esse aumento está relacionado com às políticas implantadas mediante o FDI, as quais atraíram indústrias para o estado, sobretudo no ramo de transformação, intensivas em mão de obra e que exigem baixa qualificação, apesar de permanecerem concentradas na RMF (Queiroz e Moreira, 2008; Queiroz, 2013).

Por sua vez, no início do mandato de Cid Gomes, os trabalhadores em atividades comerciais, representavam 14,27% ou contavam com 141.237 empregados (em 2006) e ao final do seu segundo mandato, ou melhor, em dezembro de 2014, aumentou para 274.168 trabalhadores ou 17,66%.

Quanto ao setor agropecuário, constata-se elevação no número de empregos formais, de 22.375 para 26.749, entre 2006/2014, mas com arrefecimento na participação relativa (Tabela 2). Essa dinâmica é condicionada pelo pouco investimento ou falta de apoio à agricultura cearense, uma vez que tal atividade não

constitui prioridade do governo estadual, diferente do incentivo à indústria. Esse fenômeno, em parte, também se associa com o indivíduo preferir espaços urbanos para residir e realizar suas atividades laborais (Golgher, 2006). Ademais, no Ceará, os trabalhadores se inserem, notadamente, em ocupações dos setores secundários e terciários, dado que as vagas criadas têm sido nessas atividades.

Com relação ao número de trabalhadores na indústria segundo o tamanho do estabelecimento, os dados da Tabela 3 revelam que, em 2006, 84.115 (40,86%) se concentravam em indústrias de grande porte, e em 2014 aumenta para 100.462, embora reduza para 36,28% a sua participação, mas permanece empregando, em segundo lugar, os trabalhadores formais do Ceará.

Tal resultado é fruto das políticas de atração de indústrias para o estado, que propiciou a instalação de grandes indústrias do ramo de transformação, principalmente intensivas em mão de obra, como a Grendene (Crato) e Dakota (Russas, Maranguape e Iguatu) do setor calçadista; Dilady (Fortaleza) confecções; Malwee (Pacajus), Marisol (Pacatuba) no ramo têxtil; Ambev (Fortaleza, Aquiraz e Maracanaú) e Betânia (Fortaleza e Morada Nova) no segmento de bebidas e alimentação.

**Tabela 3.** Número de trabalhadores formais na indústria por tamanho do estabelecimento - Ceará 2006/2014.

**Table 3.** Number of formal workers in the industry by size of establishment - Ceará 2006/2014.

Núm. de empregados por porte da indústria	2006		2014		Variação (%) 2006/2014
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	
Micro (1 a 19)	33.750	16,39	47.582	17,18	40,98
Pequena (20 a 99)	44.469	21,60	65.121	23,51	46,44
Média (100 a 499)	43.545	21,15	63.783	23,03	46,48
Grande (acima de 499)	84.115	40,86	100.464	36,28	19,44
Total	205.879	100,00	276.950	100,00	34,52

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego. Elaborado pelo Observatório das Migrações no Estado no Ceará (CNPq-URCA).

Como corrobora Moraes (2012) e Paiva *et al.* (2009), a industrialização ainda é seletiva em termos geográficos, com destaque para o municípios que compõem a RMF<sup>2</sup>,

portanto, a desconcentração industrial da capital não teve grandes sucessos, a premissa de concorrência no segmento ainda priva por áreas com maior aporte

<sup>2</sup> Os municípios que compõem a RMF são Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú,

Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama e São Gonçalo do Amarante (Ceará em Número, 2010).

econômico e maior possibilidade de superlucro.

Outra informação relevante é que tanto em termos absolutos quanto relativos, as indústrias de pequeno porte se situam em segundo lugar em termos de geração de postos de trabalho, em ambos os períodos analisados, com uma variação positiva da ordem de 46,44%. Isto se deve, primeiramente, à difusão do Simples Nacional, a partir de julho de 2007, com um regime tributário de arrecadação diferenciado para as micros e pequenas empresas que ampliou o número de instalações formais no estado. Além disso, as novas demandas por consumo e o bom desempenho da economia cearense em anos recentes, ampliou a abertura de novas empresas por microempreendedores individuais (Ipece, 2014b), ampliando a geração de postos de trabalho no segmento.

Desse modo, a representatividade da média e microindústria instaladas no Ceará, em 2014, que figuram em terceiro e quarta posição, respectivamente, com relação à quantidade de empregados formais, ratificam as políticas de empresas de apoio

ao empresário. Além disso, merece destaque a difusão da terceirização no segmento da indústria de transformação, onde indústrias menores, principalmente no segmento têxtil são criadas para dar apoio as de grande porte.

### *Perfil dos trabalhadores formais no Ceará*

Considerando o perfil sociodemográfico dos empregados formais na indústria cearense, os resultados da Tabela 4 evidenciam que a mesma constitui um setor majoritariamente masculino. Em 2006 concentra 127.915 (62,13%) homens e uma fração substancialmente menor de 77.964 mil (37,87%) mulheres. Em 2014 eles saltam para 173.279 (62,57%) e elas aumentam para 103.671 (37,43%). Embora a participação de ambos os sexos tenha aumentado no total de empregados, observa-se uma diferença de 69.608 vagas para eles. Isto decorre do padrão cultural socialmente construído que denigre o papel da mulher na sociedade e no mercado de trabalho.

**Tabela 4.** Número de trabalhadores na indústria formal segundo o sexo - Ceará 2006/2014.

**Table 4.** Number of workers in the formal industry according to sex - Ceará 2006/2014.

Sexo	2006		2014		Variação (%) 2006/2014
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	
Masculino	127.915	62,13	173.279	62,57	35,46
Feminino	77.964	37,87	103.671	37,43	32,97
Total	205.879	100,00	276.950	100,00	34,52

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego. Elaborado pelo Observatório das Migrações no Estado no Ceará (CNPq-URCA).

Dinâmica distinta da observada por Silva *et al.* (2017), particularmente na indústria têxtil cearense, no qual as mulheres predominam com participação de 60,48% e os homens representam uma fatia de 39,52% em 2014. Como corroboram os autores este “gueto rosa” (indústria têxtil), onde as vocações e aptidões femininas são mais atrativas para os empresários, é o único setor em que elas são maioria absoluta e relativa no Ceará. Neste sentido, os resultados observados na indústria cearense, foco desse estudo, sobre a representatividade dos ocupados segundo o sexo – predominantemente masculina –, de certa forma ratificam os achados dos

autores, onde as mulheres predominam em ocupações que remetem a delicadeza e habilidades manuais. Em contrapartida, os homens são maioria em funções que exigem força física, poder e comando.

Todavia, vale ressaltar que, gradativamente, as mulheres aumentam a sua participação relativa em alguns os setores econômicos, embora, em menor proporção na indústria. Mas em números absolutos neste setor não seria diferente, seja pelo maior empoderamento feminino, mudanças na composição das famílias e chefia dos domicílios para complementar a renda familiar e/ou pela necessidade dos empresários dessa mão de obra mais barata.

Todavia, as barreiras ainda são demasiadas – dupla jornada de trabalho, desigualdade de rendimento, falta de oportunidades e discriminação de gênero (Lavinas, 2001).

No que concerne à faixa etária dos trabalhadores, constata-se que a maioria dos ocupados, em ambos os anos de análise, possuem entre 30 a 39 anos, com

uma variação positiva de 43,91% entre 2006 e 2014 (Tabela 5). Segundo Queiroz (2013), esse grupo etário encontra mais facilidade de ingresso no mercado de trabalho, devido a experiência, vigor físico, agilidade e capacidade de adaptação as funções que são intensivas em mão de obra.

**Tabela 5.** Número de trabalhadores na indústria formal segundo faixa etária - Ceará 2006/2014.

**Table 5.** Number of workers in the formal industry according to age - Ceará 2006/2014.

Faixa etária	2006		2014		Variação (%) 2006/2014
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	
Até 17 anos	693	0,34	793	0,29	14,43
18 a 24	51.130	24,83	60.897	21,99	19,10
25 A 29	47.479	23,06	58.658	21,18	23,55
30 A 39	61.639	29,94	88.707	32,03	43,91
40 A 49	32.807	15,94	45.658	16,49	39,17
50 A 64	11.715	5,69	21.388	7,72	82,57
65 ou mais	416	0,20	847	0,31	103,61
Ignorado	0	0,00	2	0,00	0,00
Total	205.879	100,00	276.950	100,00	34,52

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego. Elaborado pelo Observatório das Migrações no Estado no Ceará (CNPq-URCA).

A segunda faixa etária que se destaca é a de 18 a 24 anos que, em 2006, contempla 51.130 (24,83%) dos empregados formais na indústria e, em 2014, eleva-se para 60.897, embora tenha diminuído em termos percentuais para 21,99%. A grande demanda por esse grupo etário, em parte, é devido às políticas de fomento implementadas, em anos recentes, para promover a inserção do jovem cearense no mercado de trabalho e garantir a atração de empresas. Dentre os principais projetos do governo estadual destacam-se o Primeiro Passo e o E-Jovem, que capacitam os jovens com cursos preparatórios, em diversas áreas, principalmente para a indústria de transformação (Galvão e Queiroz, 2017).

Vale ressaltar que o público alvo é exatamente de jovens entre 18 a 24 anos, alunos da rede pública, no ensino fundamental e/ou médio, com renda familiar até 1/2 salário mínimo (INESP, 2008). Neste sentido, a contrapartida das empresas é vincular esse jovem ao quadro de funcionários com jornada de trabalho de meio período, mas pagando uma remuneração relativamente menor, sendo extremamente vantajoso para as empresas.

Outrossim, chama atenção a categoria de 65 anos ou mais, que dobrou a sua participação em termos absolutos, entre 2006 e 2014, com uma variação de 103,61%. Vale ressaltar a transição demográfica que está em face no Brasil e também no Ceará, com a redução da fecundidade e aumento da esperança de vida, gradativamente a população torna-se mais envelhecida, e consequentemente há maior presença destes no mercado de trabalho, além de fatores como complementação da renda e experiência podem ser levados em consideração (Carvalho e Wong, 2008).

O nível de instrução é outra característica importante sobre o perfil do trabalhador. Em 2006, 36,75% dos empregados na indústria cearense tinham o ensino médio completo até o superior incompleto, seguido de perto por aqueles com o fundamental completo até o médio incompleto (33,17%). Também era expressivo a participação do grupo sem instrução até o fundamental incompleto (26,79%), mas significativamente baixa o contingente com superior completo (3,20%).

**Tabela 6.** Número de trabalhadores na indústria formal segundo o nível de instrução - Ceará 2006/2014.**Table 6.** Number of workers in the formal industry according to level of education - Ceará 2006/2014.

Nível de instrução	2006		2014		Variação (%) 2006/2014
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	
Sem Inst. até Fund. Inc	55.152	26,79	38.495	13,90	-30,20
Fund. Comp. até Méd. Inc.	68.291	33,17	67.399	24,34	-1,31
Méd. Comp. até Sup. Inc	75.655	36,75	156.065	56,35	106,29
Superior Completo	6.588	3,20	14.652	5,29	122,40
Mestrado	186	0,09	303	0,11	62,90
Doutorado	7	0,00	36	0,01	414,29
Total	205.879	100,00	276.950	100,00	34,52

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego. Elaborado pelo Observatório das Migrações no Estado no Ceará (CNPq-URCA).

Contudo, em 2014, a instrução do trabalhador melhora, apesar de permanecer inexpressiva a participação com nível superior completo (5,29%). Entretanto, em termos absolutos e relativos, diminui o número de ocupados sem instrução até o fundamental incompleto (13,90%) e fundamental completo até o médio incompleto (24,34%). Com isso, 56,35% possui o ensino médio completo até o superior incompleto, mostrando melhora na educação dos ocupados na indústria do Ceará, mas que muito precisa ser realizado para qualificar ainda mais essa mão de

obra, que deve ser acompanhada de políticas de desenvolvimento de emprego (Galvão e Queiroz, 2017). Portanto, capacitar sem criar oportunidades de trabalho não é a solução.

Com relação ao tempo de emprego, constata-se estabilidade no setor industrial cearense, dado que predomina em 2006 (80,81%) e em 2014 (82,18%) aqueles com 6 ou mais anos (Tabela 7). Portanto, a rotatividade é baixa, isto porque, em 2014, 8,69% permanecem de 1 a menos de 3 anos e 9,12% de 3 a menos de 6 anos.

**Tabela 7.** Número de trabalhadores na indústria formal segundo o tempo de emprego - Ceará - 2006/2014.**Table 7.** Number of workers in the formal industry according to the time of employment - Ceará - 2006/2014.

Tempo de emprego	2006		2014		Variação (%) 2006/2014
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	
1 a menos de 3 anos	19.615	9,53	24.078	8,69	22,75
3 a menos de 6 anos	19.897	9,66	25.261	9,12	26,96
6 ou mais anos	166.364	80,81	227.586	82,18	36,80
Ignorado	3	0,00	25	0,01	733,33
Total	205.879	100,00	276.950	100,00	34,52

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego. Elaborado pelo Observatório das Migrações no Estado no Ceará (CNPq-URCA).

Esses resultados refutam alguns estudos que mostram alta rotatividade no mercado de trabalho brasileiro (Pochmann, 1999; Remy, Queiroz e Silva Filho, 2010; Rego e Tomei, 2015), cearense (Costa, 2009), bem como na indústria do Ceará (Silva Filho e Queiroz, 2009). Sendo assim, constata-se melhora na estabilidade dos postos de trabalho na atividade industrial cearense.

No tocante ao rendimento em salário mínimo, fica evidente que apesar do

aumento no número de ocupados na indústria cearense, melhora na escolaridade e estabilidade no emprego, os mesmos auferem baixo salário. Nos dois anos em estudo a grande maioria recebe de 1,01 até 2 salários, representando cerca de 80%. Ademais, constata-se aumento relativo nas quatro primeiras faixas de rendimento e arrefecimento nas três últimas ou faixas salariais mais elevadas, entre 2006/2014 (Tabela 8).

**Tabela 8.** Número de trabalhadores na indústria formal segundo o rendimento em salário mínimo - Ceará - 2006/2014.**Table 8.** Number of workers in the formal industry according to income in minimum wage - Ceará - 2006/2014.

Rendimento em salário mínimo	2006		2014		Variação (%) 2006/2014
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	
Até 1 Salário	683	0,33	1.546	0,56	126,35
1 a 2 SM	166.977	81,10	219.460	79,24	31,43
2 a 3 SM	15.555	7,56	22.848	8,25	46,89
3 a 5 SM	9.040	4,39	13.270	4,79	46,79
5 a 10 SM	6.281	3,05	7.767	2,80	23,66
10 a 20 SM	2.812	1,37	3.158	1,14	12,30
Mais de 20 SM	1.317	0,64	1.157	0,42	-12,15
Ignorado	3.214	1,56	7.744	2,80	140,95
Total	205.879	100,00	276.950	100,00	34,52

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego. Elaborado pelo Observatório das Migrações no Estado no Ceará (CNPq-URCA).

Com isso, durante o Governo Cid Gomes, no tocante ao rendimento do trabalhador, houve achatamento salarial, possivelmente por predominar no estado a indústria de transformação (notadamente têxtil, calçadista e alimentícia), que caracteriza-se por ser intensiva em mão de obra e o Ceará apresentar 'exército industrial de reserva', ou melhor, trabalhadores dispostos a auferirem baixo rendimento.

## Considerações finais

Este estudo procurou analisar se durante o primeiro e o segundo mandato do Governo Cid Gomes, que contempla oito anos consecutivos (1 de janeiro de 2007 até 15 de janeiro de 2015), houve criação de postos de trabalho na atividade industrial cearense e melhoras ou não no quadro dos ocupados em tal atividade. Para tanto, procurou-se analisar a quantidade de estabelecimentos industriais instalados no estado, número de vagas criadas e, principalmente, traçar o perfil demográfico e socioeconômico dos trabalhadores.

A partir da revisão da literatura foi demonstrado que Cid Gomes bem como os governadores que o antecederam, adotaram políticas de incentivos ou estratégias para atrair indústrias para o Ceará. Com relação a este objetivo, o propósito foi alcançado, dado que o estudo mostra aumento no número de indústrias instaladas, crescimento no número de vagas, com os trabalhadores concentrados principalmente

em estabelecimentos de grande porte. Contudo, não podemos afirmar se os FDIs e demais programas de atração industrial foram eficientes na desconcentração da indústria da Região Metropolitana de Fortaleza, dado que o estudo foi para todo o Ceará. Assim, outros estudos devem realizar uma análise comparativa sobre a indústria e o mercado de trabalho na RMF e no interior do estado.

Quanto ao perfil dos empregados na indústria formal cearense, ao longo dos anos em estudo, não foram constatadas mudanças significativas, dado que a maioria permanece do sexo masculino, com idade de 30 a 39 anos, com ensino médio completo até superior incompleto, empregados por 6 ou mais anos e ganhando de 1 até 2 salários mínimos. Mas especificidades foram observadas, relacionadas ao aumento na participação de trabalhadores com idade a partir de 40 anos, significativa melhora na escolaridade, contudo, não acompanhada pelos rendimentos, que aumentou a participação nas faixas salariais mais baixas e diminuiu nas mais altas.

Com isso, o estudo revela que o governo Cid Gomes foi eficaz na atratividade de indústrias, geração de empregos, estabilidade nas ocupações, melhoria na qualificação/educação do trabalhador, mas ineficiente no tocante a presença marcante de homens na indústria e achatamento salarial. Portanto, políticas de igualdade de gênero e reconhecimento do trabalhador, através de melhores rendimentos devem

ser discutidos e principalmente, colocados em prática.

## Referências

- ALMEIDA, H. M. de. 2012. Práticas espaciais, gestão seletiva e o desenvolvimento territorial no Ceará. In: Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste Pré-Alas Brasil, 15, Teresina, 2012. **Anais...** Teresina, Ciso. GT20-34: 1-28.
- BANDEIRA, R. T.; SILVA NETA, M. E. da. 2008. Virgílio X Tasso: o mudancismo no Ceará. In: Encontro Economia do Ceará em Debate, 4, Fortaleza, 2008. **Anais...** Fortaleza, Encontro. 4:1-9. <https://doi.org/10.17648/ppgcf-2017-66346>
- BEZERRA, E.; BARBOSA, E. 2010. **Desempenho Econômico do estado do Ceará em Anos Recentes**. Disponível em: [http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos\\_discussao/TD\\_79.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_79.pdf). Acesso em: 01/03/2016.
- CARVALHO, J. A. K.; WONG, L. L. R. 2008. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(3): 597-606. <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2008000300013>
- CEARÁ EM NUMERO, 2010. **Caracterização Territorial**. Disponível em: [http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara\\_em\\_numeros/2010/territorial/index.htm](http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara_em_numeros/2010/territorial/index.htm). Acesso em: 09/05/2018. <https://doi.org/10.11606/t.8.2019.tde-01032019-131109>
- COSTA, M. O. 2009. **Emprego Formal no Ceará: um Enfoque Regional**. Fortaleza: IDT, 97 p.
- DEDECCA, C. S. 1990. **Dinâmica econômica e mercado de trabalho urbano: uma abordagem da Região Metropolitana de São Paulo**. 1990. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas. <https://doi.org/10.5327/z2447-211520171700041>
- FEITOSA, A. L. C.; QUEIROZ, S. N. de; CORDEIRO NETO, J. R. 2009. Industrialização, trabalho e sociabilidade no espaço urbano do triângulo CRAJUBAR-CE. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, 1(2):91-104.
- FREIRE JÚNIOR, J. 2014. Ações governamentais em áreas estratégicas - Infraestrutura. In: Flávio Ataliba F. D. Barreto; Adriano sarquis Bezerra de Menezes. (Org.). **Desenvolvimento econômico do Ceará: evidências recentes e reflexões**. Fortaleza (CE): IPECE, p. 392-402.
- GALVÃO, T. L.; QUEIROZ, S. N. de. 2017. Retrato do desemprego juvenil no Brasil e no Ceará nos anos de 2004 e 2014. In: XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), 2017. **Anais...** Rio de Janeiro, 1: 1-12. <https://doi.org/10.5327/z16794435201917s1009>
- GONÇALVES, M. S. 2006. **Desconcentração Industrial e seus Impactos Sobre o Mercado de Trabalho Formal na Indústria Cearense nos anos de 1994, 1998 e 2002**. Crato, CE. Monografia (Graduação em Economia). Universidade Regional do Cariri - URCA, 94 p. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n2p472>
- GOLGHER, A. B. 2006. Diagnóstico do Processo Migratório no Brasil: Comparação entre o não migrante e migrante. **Texto para Discussão**, 282, Fortaleza.
- INESP. 2008. **Inclusão Social e Formação Profissional da Juventude Cearense**. Linhas de Ação, Programas e Projetos. Disponível em: [file:///C:/Users/prysc/Downloads/formacao\\_juventude.pdf](file:///C:/Users/prysc/Downloads/formacao_juventude.pdf). Acesso em: 09/05/2018.
- IPECE. 2010. **Perfil Populacional do Ceará**. Disponível em: [http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Perfil\\_Populacional\\_do\\_Ceara.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Perfil_Populacional_do_Ceara.pdf). Acesso em: 30/04/2018.
- \_\_\_\_\_. 2014a. **Desenvolvimento Econômico do Ceará: Evidências Recentes e**

- Reflexões. Flávio Ataliba F. D. Barreto, Adriano Sarquis Bezerra de Menezes. Fortaleza: IPECE, 402 p.
- \_\_\_\_\_. 2014b. **Uma Análise da Evolução e da Distribuição Regional das Micro e Pequenas Empresas Cearenses no Período de 2007 a 2012**. Disponível em: [http://www.ipece.ce.gov.br/informe/Ipece\\_Informe\\_76\\_12\\_maio\\_2014.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/informe/Ipece_Informe_76_12_maio_2014.pdf). Acesso em: 09/05/2018.
- LAVINAS, L. 2001. Empregabilidade no Brasil: Inflexões de Gênero e Diferenciais Femininos. Rio de Janeiro: IPEA. **Texto para Discussão**, n.826.
- LEZECK, H. 2007. **Indústria Têxtil Cearense: reverticalização de processos e seus impactos sobre a qualidade e produtividade**. Fortaleza, CE. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade Federal do Ceará, 158p. <https://doi.org/10.24849/j.geot.2015.135.08>
- LIMA, L. C. 1997. A industrialização recente do Ceará: uma introdução. In: Territórios em redefinição, 6, Buenos Aires, 1997. **Anais...** Buenos Aires. Único: 60-60.
- MORAIS, O. M. 2012. **Organização espacial da Indústria Nordestina: o Ceará e Alagoas em um novo contexto**. São Paulo, SP. Tese Doutorado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 231 p. <https://doi.org/10.11606/t.8.2013.tde-22042013-110834>
- PAIVA, W. L.; CAVALCANTE, A. L.; ALBUQUERQUE, D. P. L. 2009. Padrão locacional da indústria cearense: algumas evidências. **Revista Econômica do Nordeste – REN**, 40(3):605-618.
- POCHMANN, M. 1999. **O trabalho sob jogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto.PR
- PONTES, P. A.; VIANNA, P. J. R.; HOLANDA, M. C. 2006. **A Política de Atração de Investimentos Industriais do Estado do Ceará: uma análise do período de 1995 a 2005**. Disponível: [http://www.ipece.ce.gov.br/textos\\_discussao/TD\\_26.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/textos_discussao/TD_26.pdf). Acesso em: 05/04/2016.
- <https://doi.org/10.17143/ciaed/xxiiciaed.2016.00171>
- QUEIROZ, S. N. 2013. **Migrações, retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense**. Campinas, SP. Tese Doutorado em Demografia. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP/IFHC, 251 p. [https://doi.org/10.34037/978-989-54295-2-3\\_3\\_8](https://doi.org/10.34037/978-989-54295-2-3_3_8)
- \_\_\_\_\_; MOREIRA, I. T. 2008. Análise comparativa entre o perfil do migrante de retorno e o não natural do estado do Ceará. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, 1: 2-17.
- RAIS. Relação Anual de Informações Sociais. 2011. **Manual de Orientação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): ano-base 2010**. Brasília, 60p. <https://doi.org/10.1590/s1517-97022012000200005>
- REGO, N. C.; TOMEI, P. A. 2015. Longevidade e retenção de talentos nas empresas Great Place to Work (GPTW). In: XXXIX Encontro da ANPAD - EnANPAD 2015. **Anais...** Belo Horizonte. <https://doi.org/10.17771/pucrio.acad.23518>
- REMY, M. A. P. A. ; QUEIROZ, S. N. de ; SILVA FILHO, L. A. 2010. Evolução recente do emprego formal no Brasil: 2000-2008. In: XVII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP. **Anais...** Caxambu-MG.
- ROCHA, A. G. T. 2002. **Velhos instrumentos, enfoque inovador: combinando subsídios fiscais e desenvolvimento local – o caso do Ceará**. Disponível em: <http://www.emprende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Pol%C3%ADtica%20de%20incentivos%20fiscais.pdf>. Acesso em: 28/02/2016.
- SILVA FILHO, L. A. 2008. **A Trajetória da Indústria e do Emprego Formal no Ceará: 1996/2006**. Crato, CE. Monografia (Graduação em Economia), Universidade Regional do Cariri - URCA, 63p. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n2p472>

- \_\_\_\_\_; QUEIROZ, S. N. 2009. **A Trajetória da Indústria e do Emprego Formal no Ceará: 1996/2006.** Disponível em: <http://www.abet-trabalho.org.br/cgi-sys/suspendedpage.cgi>. Acesso em: 28/02/2016.
- \_\_\_\_\_; QUEIROZ, S. N. de. 2010. Industrialização e emprego formal no Ceará: análise a partir dos dados da RAIS/MTE – 1996/2006. **Revista de desenvolvimento do Ceará - Ipece**, 1.
- \_\_\_\_\_; QUEIROZ, S. N. de; REMY, M. A. P. A. 2011a. Indústria de Transformação: Localização E Emprego Formal Nos Estados Do Nordeste - 1998/2008. **Informe Gepec**, Toledo, 15 (número especial): 162-183.
- \_\_\_\_\_; SILVA, A. O. F.; SILVA, W. G.; QUEIROZ, S. N.; VALE, F. F. R. 2011b. Dinâmica econômica, mercado de trabalho e emprego formal nas regiões metropolitana de Fortaleza vis-à-vis a Salvador - 1997/2007. **Revista Desenharia**, 14:7-30.
- SILVA, P. S.; SILVA, J. G.; SANTANA, W. W. M.; QUEIROZ, S. N. 2017. Mulheres na indústria têxtil formal cearense – 2000/2007/2014. **Revista de Estudos Sociais**, 19(38): 130-147. <https://doi.org/10.19093/res4474>
- VALOIS, I. S.; ALVES, C. L. B. 2006. **Caracterização do mercado de trabalho formal na indústria cearense durante a década de 90.** Disponível: [http://www.labor.ufc.br/evento\\_aprova\\_do\\_arquivos/PFT\\_010\\_P\\_185.pdf](http://www.labor.ufc.br/evento_aprova_do_arquivos/PFT_010_P_185.pdf). Acesso em: 28/02/2016.
- VASCONCELOS, J. R. de; ALMEIDA, M. B. de; SILVA, A. B. da. 1999. **Ceará: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos anos de 1986 a 1996.** Disponível: [http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0627.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0627.pdf). Acesso em: 29/02/2016.

Submetido: 26/11/2016

Aceito: 10/07/2018

Os Editores agradecem a Henrique Bidarte Massuquetti pelo apoio editorial.
--